

NOVA FOLHA COMERCÍARIA

Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros. *Che Guevara*

Base territorial

Arapuá, Carmo do Paranaíba, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Matutina, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Tiros, Varjão de Minas

26 anos
de luta

Informativo do Sindicato dos Empregados no Comércio de Patos de Minas e Região-edição junho/julho de 2024- Filiado a Força Sindical e USP
Juca Mandú, 374, centro, Patos de Minas/MG telefone (34) 3821 5500 - E-mail sindec@sindec.com.br

Comerciários elegem diretoria para comandar o SINDEC O presidente Ascendino César continuará no comando da entidade



Ascendino César encabeçou a chapa vencedora das eleições

Os comerciários elegeram nesse mês de julho a nova direção do Sindicato dos Empregados no Comércio de Patos de Minas e Região, SINDEC. Encabeçada pelo atual presidente, Ascendino César, a chapa composta pela atual diretoria com renovação de nomes foi reeleita pelos comerciários para um novo mandato de 5 anos. O processo eleitoral foi bastante transparente, assim como o processo de apuração dos votos. A participação da categoria foi significativa confirmando a aprovação e apoio dos associados ao trabalho realizado á frente da entidade. A eleição aconteceu nos dias 16 e 17 de julho com apenas uma chapa inscrita. O presidente Ascendino César continuará no comando da entidade. O vice-presidente José Marcelino foi eleito ao cargo pela terceira vez. A diretoria aprovada é composta por 13 membros da atual direção e 7 novos nomes. Conforme exigido pelo estatuto do Sindicato, o pleito ultrapassou o quórum de 50% dos sócios mais um, atingindo 66% dos sindicalizados da categoria em condições de voto. Os comerciários puderam votar nas lojas durante o período de trabalho, através de uma urna itinerante e também na sede da entidade onde foi instalado um receptáculo. Somente sócios participam da eleição. A apuração começou às 17 horas na sede do sindicato. Diretores e representantes jurídicos da FECOMERCARIOS auxiliaram na realização e fiscalização do pleito



O vice-presidente José Marcelino foi eleito ao cargo



Representantes jurídicos da FECOMERCARIOS auxiliaram na realização e fiscalização do pleito

através da advogada da entidade estadual, Dr^a Sônia Arantes Sales Vargas; do vice-presidente Laércio Camilo Coelho e de Valber Ferreira. A eleição ocorreu sem anormalidades. O SINDEC representa comerciários nas cidades de Arapuá, Carmo do Paranaíba, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Matutina, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Tiros, Varjão de Minas e Patos de Minas.

Bastante emocionado, o presidente reeleito agradeceu a todos que participaram das eleições e falou da satisfação de ver reconhecido o trabalho que o Sindicato vem desenvolvendo.

“Essa vitória é do trabalho dessa diretoria e de toda a categoria comerciária”, disse. A nova diretoria é composta pelos seguintes comerciários: **DIRETORES – EFETIVOS:** Presidente- *Ascendino César das Chagas*; Vice-Presidente- *José Marcelino Alves*; Secretário- *Cezar Alves Magalhães*; Tesoureiro- *Lasaro Marcos Martins*; Diretor de Relações Sindicais- *Fabricio Augusto de Castro Ribeiro*; Diretora de Divulgação, Cultura e Formação Sindical- *Fabiana Isabel Ferreira*; Diretor Social e de Esportes- *Rodrigo Humberto Magalhães Caixeta*. **DIRETORIA – SUPLENTE:** *Antônio Carlos Fernandes*, *Thiago José da Silva*, *Lilia de Fátima Santos Souza*, *Maximiliano Caetano da Silva*, *Polyana Marins Silva*, *Lucas César Souto*, *Jane Raquel dos Santos*. **CONSELHO FISCAL: EFETIVOS:** *Paulo Roberto Marques*, *José Lasaro de Araújo*, *Michela Tolentino da Silva*. **SUPLENTE:** *Élcio Caixeta de Araújo*, *Elza Maria Luiza Cunha*, *Cremilda Gonçalves*. **DELEGAÇÃO FEDERATIVA:** *Ascendino Cesar das Chagas*, *Lasaro Marcos Martins*. **SUPLENTE:** *José Marcelino Alves*, *Antônio Carlos Fernandes*.

Quando você se filia ao sindicato garante uma série de benefícios



Comerciário
SINDICALIZE-SE

Confira:

- ▷ Assistência psicoprofissional.
- ▷ Assistência sindical e trabalhistas.
- ▷ Assistência comportamental no ambiente de trabalho.
- ▷ Assistência de direitos e deveres trabalhistas.
- ▷ Assistência e diagnóstico do direito individual do trabalhador.
- ▷ Assistência homologatória nas rescisões contratuais.
- ▷ Assistência jurídica trabalhista.
- ▷ Assistência odontológica (comerciários e seus dependentes).
- ▷ Assistência médica (comerciários e dependentes).
- ▷ Banco de empregos (método simplificado desenvolvido pela entidade para encaminhamento do trabalhador desempregado para nova contratação).
- ▷ Convênio com o Patos Tênis Clube e ASPRA (comerciários e dependentes).
- ▷ Convênio Colônia de Férias em Praia Grande litoral de São Paulo (comerciários e dependentes).
- ▷ Cursos na área de educação profissional e qualificação e requalificação profissional (comerciários e dependentes).
- ▷ Assistência psicológica assistência fisioterápica (inclusive domiciliar).
- ▷ Convênio farmacêutico com desconto de até 60%.
- ▷ Convênios com vários seguimentos do comércio para descontos através da carteira de identificação do sindicalizado.
- ▷ Assistência médica através do Cartão Saúde estabelecido em Convenção Coletiva de trabalho.
- ▷ Assistência médica e exames de imagens com Hospital ACTUAL
- ▷ Convênio assistência médica, laboratorial e odontológica com MEDICMAIS
- ▷ Convênio com o laboratório MEDIC IMAGEM
- ▷ Convênio de assistência médica, laboratorial e exames de imagens com CARDIOCLÍNICA
- ▷ Convênio médico com o CARTÃO DE TODOS
- ▷ Convênio com a Faculdade Patos de Minas que proporciona 30% de descontos nas mensalidades de cursos superiores para comerciários filiados e seus dependentes
- ▷ Assistência funeral destinada aos dependentes por qualquer motivo de morte do titular, estabelecida em Convenção Coletiva de Trabalho.

PL do aborto é usar os corpos das mulheres como moeda de troca política



Desde que foi aprovado para tramitação em regime de urgência na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei que equipara o aborto após 22 semanas ao crime de homicídio, entre outros retrocessos, tem ganhado espaço nos noticiários e redes sociais. Uma série de protestos convocados por movimentos feministas ocorreu em diversas cidades do país alertando a sociedade para

mais um ataque aos direitos das mulheres. Os protestos nas ruas e a forte oposição na Casa levaram o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que havia conduzido a manobra para tramitar o PL em regime de urgência, a adiar a discussão sobre o PL do Aborto para o segundo semestre, após o recesso parlamentar. Lira também anunciou que o projeto será debatido em uma comissão com representantes de todos os partidos. No Brasil o aborto é proibido, exceto em três casos específicos: quando a gravidez resulta de estupro, quando há diagnóstico de anencefalia do feto, e quando a gestação coloca em risco a vida da mulher. Atualmente, de acordo com o Código Penal, instituído em 1940, a pena para quem aborta nos casos não amparados pela lei é de 1 a 3 anos. Já para quem realiza aborto em uma terceira pessoa, a pena varia de 3 a 10 anos. A legislação atual também não estabelece um prazo definido para realizar o aborto nessas circunstâncias. No entanto, o Projeto em discussão, que tem 32 deputadas e deputados como autores, propõe punições para casos em que o procedimento é realizado após as 22 semanas de gestação, equiparando a pena à do crime de homicídio simples, com possibilidade de prisão de seis a 20 anos. As meninas serão as mais penalizadas com a medida, por isso, movimentos feministas e que lutam em defesa da vida das mulheres, meninas e pessoas que gestam estão chamando o projeto de PL da Gravidez Infantil. Em 2022, o Brasil registrou 65.569 estupros de mulheres e meninas, o maior número da história. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública divulgado em 2023, 48.921 (74,6%) das vítimas eram meninas menores de 14 anos.

Lula fala sobre isenção de imposto sobre carnes



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em entrevista disse que é a favor da inclusão de carnes na cesta básica nacional que será isenta de impostos. Lula disse que já conversou sobre o assunto com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e com o diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galipolo, mas que é preciso fazer uma diferenciação sobre os tipos de carne. "Eu sou favorável, aliás já conversei isso com o Haddad, com o Galipolo, com o pessoal do Tesouro. Acho que nós temos que fazer uma diferenciação. Você tem vários tipos de carne, tem carne chique, de primeiríssima qualidade,

que o cara que consome ela pode pagar um 'impostozinho. Estou falando do povo mais humilde, do povo trabalhador. Essa gente que vai no açougue comprar um pedaço de carne não deveria pagar imposto como se fosse uma pessoa rica", defendeu.

O presidente não detalhou como será feita essa diferenciação entre os tipos de carne, mas disse que a equipe econômica está trabalhando no assunto.

Com a reforma tributária, existirão dois tipos de cesta básica: a de alíquota zero e a de alíquota reduzida de 60% e 'cashback', que terá a devolução de parte do valor pago por um serviço ou produto. O governo trabalha para a inclusão de carnes na cesta básica isenta de impostos sem aumentar a alíquota geral.



Passé férias em Praia Grande

OBS: Somente para comerciários filiados ao SINDEC



ENCONTRA-SE NO SINDICATO O CALENDÁRIO DO PRIMEIRO SEMESTRE PARA RESERVAS E ACOMODAÇÕES NO CENTRO DE LAZER DOS COMERCÍARIOS EM PRAIA GRANDE/SP

Quer passar férias na praia com desconto em hospedagem e alimentação?

Entre em contato com o SINDEC (34) 3821 5500 - falar com Ascendino César

Prova de Vida: fique alerta para tentativas de golpes e saiba como se proteger



Para alertar a população sobre as tentativas do chamado Golpe da Prova de Vida, cujas vítimas principais são aposentados e pensionistas, o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Alessandro Antonio Steffanuto, reforçou em entrevista o alerta sobre o que fazer nesses casos. O golpe consiste em criminosos fingirem ser funcionários do INSS que, munidos de crachás falsos, visitam a casa de beneficiários, na grande maioria idosos, solicitando informações pessoais, documentos e até mesmo fotos dos aposentados para realizar a prova de vida. Uma vez em posse dos dados, os estelionatários podem cometer crimes e fraudes como realizar operações financeiras em nome da vítima: empréstimos pessoais, empréstimos consignados, entre outras operações, trazendo prejuízo a aposentados e pensionistas. “O INSS não realiza pesquisa externa para prova de vida”,

salientou Stefanutto, afirmando que o Instituto já enviou ofício à Polícia Federal solicitando investigações para os casos. Ele reforça ainda que as vítimas, ao se depararem com as tentativas, devem, imediatamente, comunicar o fato às autoridades.

O presidente do INSS ressaltou ainda que, eventualmente, até pode haver pesquisas para que sejam confirmados dados, em casos de irregularidades, mas elas são realizadas, sobretudo, solicitando ao beneficiário que vá até o INSS, pessoalmente. Essa convocação é feita por meio de mensagens no Aplicativo Meu INSS, telefone ou SMS. A Prova de Vida é obrigatória. Trata-se da comprovação de que o beneficiário ainda está vivo e pode continuar recebendo seu benefício previdenciário. É um procedimento com a finalidade de evitar fraudes e pagamentos indevidos e por isso ocorre periodicamente.

Lula descarta desvinculação de aposentadoria do salário mínimo



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva descartou a desvinculação do piso das aposentadorias do salário mínimo. O presidente afirmou também que não vai mexer na política de valorização do salário mínimo. “A palavra salário mínimo é o mínimo do mínimo que uma pessoa precisa para sobreviver. Se eu acho que eu vou resolver o problema da economia brasileira apertando o mínimo do mínimo, eu estou desgraçado, eu não vou para o céu, eu ficaria no purgatório”, argumentou o presidente.

“Preciso garantir que todas as pessoas tenham condições de viver dignamente. Por isso, nós temos que tentar repartir o pão de cada dia em igualdade de condições. Você acha que eu quero que empresário dê prejuízo? Eu não sou doido! Porque, se ele der prejuízo, eu vou perder meu emprego. Eu quero que o empresário tenha lucro, mas eu quero que ele tenha a cabeça, como teve o Henry Ford, quando disse: 'eu quero que meus trabalhadores ganhem bem para eles poderem comprar os produtos que eles fabricam'. Se essa filosofia predominasse na cabeça de todo mundo, este país estava maravilhoso”, acrescentou Lula.

STF decide que correção do FGTS deve garantir a reposição da inflação

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que as contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) não podem ser corrigidas somente pela Taxa Referencial (TR), taxa com valor próximo de zero. Com a decisão, as contas deverão garantir correção real conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principal indicador da inflação no país. A nova forma de correção vale para novos depósitos a partir da decisão do Supremo e não será aplicada a valores retroativos. Após o julgamento, a assessoria de imprensa do STF esclareceu que a nova correção deverá ser aplicada ao saldo atual das contas a partir da publicação da ata de julgamento, que deve ocorrer nos próximos dias. Pela deliberação dos ministros, fica mantido o atual cálculo que determina a correção com juros de 3% ao ano, o acréscimo de distribuição de lucros do fundo, além da correção pela TR. A soma deve garantir a correção pelo IPCA. Contudo, se o cálculo atual não alcançar o IPCA, caberá ao Conselho Curador do FGTS estabelecer a forma de compensação. O índice acumulado nos últimos 12 meses é de 3,90%.

A proposta de cálculo foi sugerida ao STF pela Advocacia-Geral da União (AGU), órgão que representa o governo federal, após conciliação com centrais sindicais durante a tramitação do processo. O caso começou a ser julgado pelo Supremo a partir de uma ação protocolada em 2014 pelo partido Solidariedade. A legenda sustenta que a correção pela TR, com rendimento próximo de zero, por ano, não remunera adequadamente os correntistas, perdendo para a inflação real. Criado em 1966 para substituir a garantia de estabilidade no emprego, o fundo funciona como uma poupança compulsória e proteção financeira contra o desemprego. No caso de dispensa sem justa causa, o empregado recebe o saldo do FGTS, mais multa de 40% sobre o montante.

Entenda por que a PEC das Praias abre brechas para a privatização



O relator da PEC das Praias, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), afirmou que o projeto não irá privatizar as praias brasileiras, após a repercussão negativa sobre a Proposta de Emenda à Constituição 3/2022. Não há, no texto da proposta, nenhuma menção explícita à privatização das praias brasileiras, de fato. No entanto, uma das consequências diretas das mudanças da PEC é justamente a possibilidade de privatizar o acesso às praias. Áreas adjacentes às praias, onde existem construções como casas, hotéis e condomínios, estão sujeitas a regras e impostos justamente por estarem em uma área de marinha, ou seja, uma área pública. Uma dessas regras é a garantia de acesso da população às praias. O que a legislação faz é possibilitar que essas áreas deixem de ser públicas, sem influência do Estado. Assim, a PEC propõe que não haja nenhuma garantia de acesso às praias, o que representa, em última instância, a privatização os locais públicos. A questão principal é o acesso à praia. Porque a PEC retira a possibilidade de incidência do poder público na garantia das servidões de acesso a praias nos terrenos que estão adjacentes às praias. Fala-se que não vai se privatizar a faixa de areia, mas a questão é conseguir chegar à faixa de areia. Hoje isso já está bem avançado. Várias praias de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, por exemplo, já são inacessíveis para a população, porque tem residências, resorts e condomínios que bloqueiam o acesso à praia. Só que eles estão numa condição ilegal e suscetíveis a possíveis mandados judiciais. Esses entes privados também têm outros mecanismos de controle do acesso às praias, como intimidar, condicionar e dificultar, como uso de seguranças e cachorros e até mesmo boias no mar para evitar acesso por barco.

Vale é incluída na lista de trabalho análogo à escravidão do governo federal



A Vale, maior produtora de minério de ferro do mundo, presente em cinco continentes e a maior exportadora do Brasil, entrou para a lista suja de empresas acusadas de manter trabalhadores e trabalhadoras em situação análoga à escravidão, depois de uma ação de fiscalização realizada há nove anos. Na época, em fevereiro de 2015, os auditores fiscais do trabalho flagraram 309 pessoas nessas condições, na Mina do Pico, em Itabirito (MG). A inclusão da Vale na lista suja do trabalho escravo ocorreu somente após a empresa perder uma ação em que pedia a anulação dos autos de infração. O vínculo da Vale com os trabalhadores, embora terceirizados pela empresa subcontratada, a Ouro Verde, foi apontado pelos auditores da Superintendência

Regional do Trabalho e Emprego de Minas Gerais. As vítimas eram motoristas que levavam o minério de ferro pela estrada particular da Vale que liga duas minas no município. Os trabalhadores eram submetidos a jornadas exaustivas, condições degradantes e foram vítimas de fraude, promessa enganosa e ameaça.

Na época, reportagem de Ana Aranha, da Repórter Brasil, apontou casos como o de um motorista que dirigiu por 23 horas com um intervalo de apenas 40 minutos e outro que trabalhou de 14 de dezembro a 11 de janeiro sem folgas. A Ouro Verde prometia prêmios e dinheiro a quem trabalhasse mais e de forma mais intensa, e quando os trabalhadores passaram a reclamar, pois nunca receberam nada do que fora prometido, foram ameaçados, segundo a fiscalização. Em nota a Vale contestou a inserção e afirmou que adotará as medidas para a exclusão. A pena para quem submete alguém à escravidão moderna vai de dois a oito anos de reclusão e multa. O nome da empresa fica dois anos na lista suja. Embora a empresa infratora não sofra bloqueios comerciais ou financeiros, a lista suja do trabalho escravo tem sido usada por empresas e bancos brasileiros e estrangeiros para seu gerenciamento de risco.

Debate sobre proposta que reduz a 14 idade mínima para que adolescente possa trabalhar volta à CCJ da Câmara

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara terá na sua pauta Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permite adolescentes a trabalhar a partir dos 14 anos de idade. Adormecido desde 2021, o texto volta à agenda do colegiado com um novo relator, o deputado Gilson Marques (Novo-SC), que já se posicionou a favor de o Congresso avançar na redução da idade mínima permitida para o trabalho de adolescentes. A Constituição proíbe, desde a promulgação de uma emenda em 1998, qualquer tipo de trabalho a menores de 16 anos. A exceção é a contratação como aprendiz, que é permitida a partir de 14 anos. Há uma decisão do plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), que rejeitou, em 2020, uma ação que pedia a redução da idade mínima de trabalho; e a uma convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assinada e adotada pelo governo brasileiro, que determina que os países vinculados ao texto se comprometam a abolir o trabalho infantil, com políticas que somente permitam o trabalho de adolescentes com mais de 15 anos.

Também reúne críticas de entidades e defensores dos direitos das crianças e dos adolescentes, que enxergam na medida um retrocesso à proteção e ao acesso à educação de menores. O texto em discussão na CCJ reúne outras seis Propostas de Emenda à Constituição. Todas buscam reduzir a idade mínima para a contratação de menores, com ou sem regimes diferenciados. Um dos textos prevê reduzir ainda mais o marco legal para contratação, permitindo o trabalho de adolescentes a partir de 13 anos. Pela PEC principal, além do regime da aprendizagem, adolescentes com 14 anos ou mais poderão trabalhar em tempo parcial (até trinta horas semanais ou seis horas diárias). Parlamentares que compõem a CCJ avaliaram que o texto tem apoio suficiente para ser aprovado pelo colegiado.



Diretoria do SINDEC

Diretoria Executiva

Ascendino Cesar das Chagas- Diretor/Presidente; José Marcelino Alves-Vice-Presidente; Vander José Viana- Secretário Geral; Lásaro Marcos Martins-Secretário de Finanças e Patrimônio; César Alves de Magalhães- Secretário de Relações Sindicais; Maria Salomé de Sousa- Secretária de Divulgação, Cultura e Formação Sindical; Elcio Caixeta de Araújo- Secretário Social e de Esportes

Conselho Fiscal

Diullia Frantielle Ferreira- José Lázaro de Araújo- Gasparina das Graças

Delegação Federativa

Ascendino César das Chagas, José Marcelino Alves

Os artigos assinados não representam o pensamento da editoria

Partidos rivais franceses se unem para combater a extrema direita



Opositores da extrema direita da França se uniram para construir uma frente para bloquear o caminho para o governo do Reunião Nacional (RN) de Marine Le Pen, após o partido conquistar ganhos históricos ao vencer o primeiro turno de uma eleição parlamentar. O RN e seus aliados venceram a rodada de domingo com 33% dos votos, seguido por um bloco de esquerda com 28% e bem à frente da ampla aliança de centristas do presidente Emmanuel Macron, que obteve apenas 22%, mostraram os resultados oficiais. Enquanto os mercados financeiros se animavam com o alívio de que a contagem da RN não fosse maior, o resultado foi, ainda, um grande revés para Macron, que convocou a eleição antecipada após sua chapa ser derrotada pela RN nas eleições para o Parlamento Europeu no mês passado. Boa parte da população temia que o aumento da RN e sua plataforma nacionalista causasse

crescentes tensões na sociedade francesa. Se o RN, anti-imigrante e eurocético, vai conseguir formar um governo dependerá agora de quão bem-sucedidos outros partidos serão em frustrar Le Pen ao se reunirem em torno dos candidatos rivais melhor posicionados em centenas de círculos eleitorais em toda a França. O Reunião Nacional precisaria de pelo menos 289 assentos no parlamento para obter maioria. Pesquisadores calcularam que o primeiro turno os colocou no caminho para algo entre 250 e 300 assentos – mas isso é antes das retiradas táticas que podem remodelar as intenções dos eleitores. Os líderes tanto da Nova Frente Popular de esquerda quanto da aliança centrista de Macron indicam que retiram seus próprios candidatos em distritos onde outro candidato estiver melhor posicionado para derrotar a RN no segundo turno.

Empresário que disse não contratar pessoas de esquerda deve R\$ 10,5 milhões em impostos à União



Duas empresas de Tallis Regence Coelho Gomes, a G4 Educação Ltda e a G4 Treinamentos e Cursos Ltda, devem R\$ 5,5 milhões e R\$ 5 milhões em impostos à União, respectivamente. As duas estão inscritas na Lista de Devedores da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. No início do mês viralizou uma declaração do empresário sobre os critérios de contratação de trabalhadores para suas empresas e a rotina imposta de trabalho, que pode chegar, segundo Gomes, em até 80 horas semanais. "Eu não contrato esquerdista, essa é a base da nossa cultura", começou Gomes. "É 'mimizento', não trabalha duro, fica com esses negócios de, pô, parece que todo mundo deve alguma coisa para ele", explicou Gomes, em entrevista a um podcast.

Além da G4 Educação Ltda e a G4 Treinamentos e Cursos Ltda, Tallis

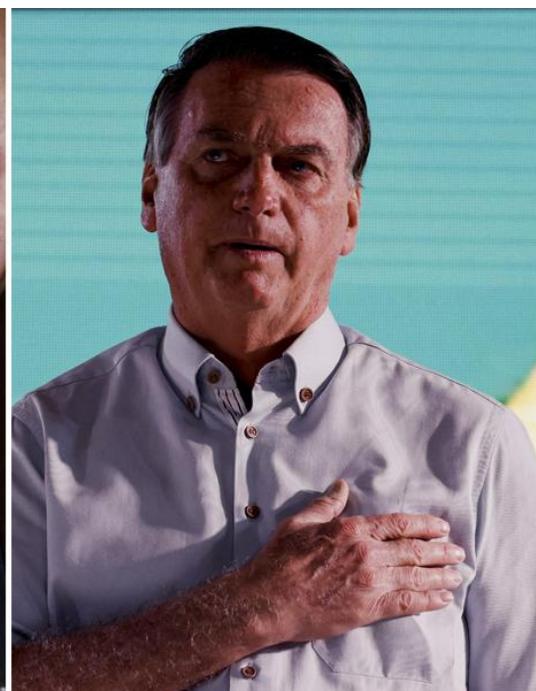
Gomes é sócio também das empresas Easy Taxi, Fala Criativa Assessoria e Eventos Ltda e G4 Participações Ltda. O empresário se associou a um grupo de empreendedores para apoiar a candidatura do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) nas eleições de 2022, que acabou derrotada nas urnas pelo atual mandatário do país, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Na véspera do segundo turno, Tallis Gomes divulgou uma carta aberta em que pedia o voto na extrema direita. "Poderia citar dezenas, centenas de razões para reeleger Jair Bolsonaro. Os benefícios de seu governo e time, acredite, compensam os defeitos do presidente, que não são poucos, reconheço", afirmou.

Governo Lula abre vagas para o Mais Médicos



O Ministério da Saúde vai reforçar a assistência médica no país com a abertura de mais 3,1 mil vagas para o programa Mais Médicos. O Governo Federal publicou o Edital de Chamamento Público. O edital delimita as regras para a seleção e traz, de forma inédita, vagas no regime de cotas para pessoas com deficiência e grupos étnico-raciais, como negros, quilombolas e indígenas. Desse modo, com o incremento de profissionais na rede pública de saúde, mais de 10,6 milhões de brasileiros vão receber o benefício desse chamamento. O programa vai conceder bolsa-formação de R\$ 14.058/mês, que cobrirá prazo de 48 meses. Os percentuais das vagas válidas no novo edital obedecerão às exigências de cotas para concursos públicos. Nesse sentido, as regras preveem o mínimo de 20% de cotas étnico-raciais, e a lei de cotas para PCD, com o mínimo de 9%. Podem participar da seleção profissionais brasileiros, brasileiros formados no exterior ou estrangeiros, que continuarão atuando com Registro do Ministério da Saúde (RMS). Os médicos brasileiros formados no Brasil continuam a ter preferência na seleção. Desde 2023, com a retomada do Mais Médicos, o Governo Federal implementou melhorias no modelo do programa. Agora, os profissionais contam com oportunidades de especialização e mestrado por meio da Estratégia Nacional de Formação de Especialistas para a Saúde, que integra os programas de formação, provimento e educação pelo trabalho no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A meta com a retomada do programa é ampliar o atendimento da população que vive no interior do Brasil e nas periferias das grandes cidades, onde há falta desses profissionais. Deverão ser contratados 15 mil médicos. A nova lei que estabelece a Estratégia Nacional de Formação de Especialistas para a Saúde tem origem em uma medida provisória (MP) publicada em março e aprovada em junho. Com a sanção, entram em vigor as novas regras do Mais Médicos.

Ministros do STF veem "provas robustas" contra Bolsonaro no caso do roubo das joias



Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) têm considerado como "robustas" as provas apresentadas no relatório da Polícia Federal (PF) que resultaram no indiciamento de Jair Bolsonaro (PL). As acusações incluem peculato, associação criminosa e lavagem de dinheiro, relacionadas ao caso das joias. A avaliação entre os ministros é que há material suficiente para que a Procuradoria-Geral da República (PGR) apresente uma denúncia formal contra Bolsonaro. O relatório da PF, com mais de 400 páginas, detalha a existência de uma

organização criminosa que teria operado no entorno de Bolsonaro, roubando joias, relógios, esculturas e outros itens de luxo recebidos como presentes de Estado da Arábia Saudita e Bahrein. A documentação revela que joias como relógios de marcas famosas avaliados em US\$ 68 mil foram negociados. Ministros do STF, que falaram sob condição de anonimato, consideram o material "robusto" e acreditam que há provas claras do envolvimento de Bolsonaro no roubo dos objetos. O relatório foi encaminhado à PGR pelo

ministro Alexandre de Moraes, mas o procurador-geral da República, Paulo Gonet, adotou uma abordagem cautelosa e tratará do caso "sem pressa". A prudência da PGR também se alinha ao contexto eleitoral, com Gonet indicando que não deseja ser acusado de agir politicamente. Com as eleições municipais em outubro, há uma expectativa de que qualquer denúncia contra Bolsonaro seja feita apenas após o pleito, especialmente se não for apresentada até o início da propaganda eleitoral em agosto.

Com R\$ 103,6 milhões para catadores, Lula retoma Programa Cataforte



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a retomada do Programa Cataforte, com recursos de R\$ 103,6 milhões por meio de editais e prioridade para as redes que têm mulheres na liderança. O programa se destina ao fortalecimento de cooperativas e associações de catadores de recicláveis, sua inserção socioeconômica e a agregação de valor na cadeia de resíduos sólidos. Além do Cataforte, o governo e outros entes federais apresentaram um conjunto de ações voltado ao universo dos catadores, que totalizam R\$ 425,5 milhões. As iniciativas foram

apresentadas, no Palácio do Planalto, durante a quarta reunião ordinária do Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC).

Lula cobrou do ministro da Secretaria-Geral, Marcio Macêdo, que coordena o CIISC, a criação de uma comissão para acompanhar a execução dos projetos e garantir que o dinheiro chegue na ponta, a quem precisa. O CIISC é coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência em articulação com 19 ministérios, bancos públicos e estatais. A estimativa é que o número de catadores em atividade no país seja de 800 mil, sendo 70% do gênero feminino, entre indivíduos atuando de forma independente e cooperados. São mais de 2 mil associações organizadas em todo o país, somando 86,9 mil cooperados dedicados à coleta de reciclagem.

Farmácia Popular passa a oferecer 95% dos medicamentos de graça

Medicamentos e insumos fornecidos pelo Programa Farmácia Popular passam a ser distribuídos de forma gratuita. De acordo com o Ministério da Saúde, remédios para tratar colesterol alto, doença de Parkinson, glaucoma e rinite, por exemplo, já podem ser retirados de graça em unidades credenciadas. A expectativa da pasta é que cerca de 3 milhões de pessoas que já utilizam o programa sejam beneficiadas. O Farmácia Popular oferta, atualmente, 41 itens entre fármacos, fraldas e absorventes. Até então, somente medicamentos contra diabetes, hipertensão, asma e osteoporose, além de anticoncepcionais, eram distribuídos de forma gratuita. Para os outros remédios e insumos, o ministério arcava com até 90% do valor de referência e o cidadão pagava o restante, de acordo com o valor praticado pela farmácia. Com a atualização, 39 dos 41 itens de saúde distribuídos podem ser retirados de graça.

O Farmácia Popular foi criado em 2004 com o objetivo de disponibilizar medicamentos e insumos de saúde. No ano passado, passou a incluir remédios para osteoporose e anticoncepcionais e, este ano, adotou também a distribuição de absorventes para pessoas em situação de vulnerabilidade e estudantes da rede pública. Dados do governo federal indicam que o programa está presente em 85% dos municípios brasileiros, cerca de 4,7 mil cidades, e conta com mais de 31 mil estabelecimentos credenciados em todo o país, com capacidade para atender 96% da população brasileira. A expectativa do Ministério da Saúde é universalizar o programa, cobrindo 93% do território nacional.

Agricultura familiar terá R\$ 76 bilhões para produção de alimentos



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025, com R\$ 76 bilhões destinados ao crédito rural no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O valor é 6,2% superior ao anunciado na safra passada e o maior da série histórica. Segundo o governo, somadas outras ações anunciadas para a agricultura familiar, como financiamento de máquinas agrícolas de pequeno porte, a ampliação do microcrédito rural e a criação de fundos que ampliam o acesso ao crédito, o volume investido chega a R\$ 85,7 bilhões. O governo federal dará ainda mais incentivos a quem produzir alimentos que vão à mesa dos brasileiros e da biodiversidade. Cerca de dez linhas de financiamento de crédito rural do Pronaf tiveram redução de taxas. Para a produção orgânica, agroecológica e de produtos da sociobiodiversidade a taxa será de 2% no custeio e 3% no investimento. Quem produzir arroz, por exemplo, também encontrará juros reduzidos para o custeio, de 3%, no caso do convencional, e 2% no orgânico. Neste plano safra, o governo ainda vem com uma nova estratégia nacional para ampliação da produção de arroz da agricultura familiar. São sete eixos principais: crédito, acompanhamento técnico, sementes, beneficiamento, comercialização e contratos de opção com o estabelecimento de um preço mínimo do produto.

Federalização de estatais de MG: sindicatos querem garantias contra privatização

A dívida de Minas Gerais com o governo federal está em torno R\$ 172 bilhões e o governador Romeu Zema (Novo), vem defendendo que o estado participe do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o que poderia envolver a privatização de três estatais de setores estratégicos: energia (Cemig), água e saneamento (Copasa) e mineração (Codemig). No entanto, a venda dessas estatais para o mercado não traria benefícios ao povo mineiro, nem abateria de forma eficiente parte da dívida com a União, alertam dirigentes sindicais, que representam os trabalhadores e as trabalhadoras da Cemig e da Copasa. Para eles, Zema quer vender as estatais para privilegiar empresários que apoiaram sua candidatura ao governo mineiro, já que ele sempre defendeu a pauta da privatização, mas não conseguiu seu intento graças à mobilização dos sindicatos e da população. A Constituição mineira proíbe que estatais sejam vendidas sem que a população seja consultada em plebiscito. Zema quer mudar a Constituição mineira para evitar essa consulta. Por outro lado, o presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD) endossou a proposta de federalizar essas estatais, passando seu controle acionário para a União. Essa ideia vem sendo debatida com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O valor estimado de abatimento da dívida com a venda das três estatais seria em torno de R\$ 80 bilhões. Em princípio os representantes dos trabalhadores da Copasa e da Cemig defendem a manutenção dessas empresas em poder do povo mineiro, mas consideram a federalização melhor do que a privatização. O entrave para os trabalhadores é a possibilidade de que um novo governo neoliberal econômico assumira a Presidência da República e coloque à venda o patrimônio de Minas Gerais.

Justiça obriga Burger King a fornecer alimentos saudáveis aos seus funcionários



A 3ª Vara do Trabalho de Brasília atendeu a um pedido formulado pelo Ministério Público do Trabalho do Distrito Federal (MPT-DF) obrigando que a rede Burger King forneça refeições saudáveis aos seus funcionários ao invés do próprio fast food produzido pela marca. A decisão é assinada pelo juiz

Renato Vieira de Faria. Nela, o magistrado pede para que a empresa observe o contexto de alimentação saudável de seus trabalhadores, com o preenchimento dos padrões nutricionais estabelecidos para alimentação do trabalhador e, também, que isso seja feito com o auxílio de profissionais da

nutrição, sob pena de pagamento de multa diária a cada trabalhador em situação irregular.

A Decisão é válida para todas as unidades do Burger King no Brasil e é fruto de Ação Civil Pública ajuizada em dezembro de 2022 pelo MPT-DF, após a constatação do fornecimento diário dos próprios lanches da rede de fast food aos seus trabalhadores. Para o procurador Leomar Daroncho, a prática produz grave risco à saúde dos empregados. O Burger King também foi condenado ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 1 milhão. De acordo com o juiz, “no caso concreto, restou evidenciada a prática ilícita de ofensa a normas constitucionais, sobretudo o direito social fundamental à saúde”.

FUP quer saber se há relação entre joias de Bolsonaro e venda da Rlam



A Polícia Federal indiciou na semana passada o ex-presidente Jair Bolsonaro no caso das joias sauditas. Pesa sobre ele acusações por crimes como a associação criminosa, lavagem de dinheiro e apropriação de bem

público. As peças, que por Lei pertencem ao Estado brasileiro, foram apresentadas entre 2019 e 2021. O período coincide com a negociação da venda da Refinaria Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, para o Mubadala, fundo soberano dos Emirados Árabes, pela gestão bolsonarista. Além de Bolsonaro, outras 11 pessoas ligadas diretamente a ele durante o seu governo foram alvos de indiciamento por participação no esquema de desvios das joias. É o caso do ex-ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque. Ele recebeu de autoridades árabes um conjunto de abotoaduras, terço, anel e relógio confeccionados em ouro rosé, durante viagem da comitiva presidencial ao Oriente Médio, em outubro de 2021, um mês antes da conclusão da venda da Rlam.

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a Associação Nacional dos Petroleiros Acionistas Minoritários da Petrobras (Anapetro) ingressaram com várias ações na Justiça Federal. Além disso, também entraram com representações junto aos órgãos controladores da Petrobras. O objetivo foi denunciar os prejuízos que a venda da refinaria baiana causaria ao patrimônio público, aos consumidores brasileiros e aos acionistas da empresa.

Governo Lula: comércio cresce pelo 5º mês consecutivo

As vendas do comércio cresceram 1,2% em maio na comparação com abril, o que representa o quinto mês seguido de alta, fazendo o setor alcançar o maior volume da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em janeiro de 2000. Até então, o recorde era em abril. Com os resultados da Pesquisa Mensal do Comércio divulgada, o setor acumula expansão de 5,6% em 2024 e 3,4% nos últimos 12 meses. Cinco das oito atividades pesquisadas ficaram no campo positivo em maio. A principal influência positiva veio de hiper e supermercados, que tiveram aumento nas vendas de 0,7%, marcando o segundo mês seguido de alta. Esse segmento responde por mais da metade (54,7%) do volume de vendas do comércio. Na sequência, se destaca a atividade outros artigos de uso pessoal e doméstico (1,6%). Também apresentaram evolução positiva as atividades de tecidos, vestuário e calçados (2,0%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (0,2%) e livros, jornais, revistas e papelaria (0,2%). O gerente da pesquisa, Cristiano Santos, classifica o resultado como “bastante forte”. De acordo com pesquisador, fatores como aumento no nível de emprego, da massa salarial e concessão de crédito ajudam a explicar os resultados positivos. Ficaram no campo negativo os segmentos móveis e eletrodomésticos (-1,2%), combustíveis e lubrificantes (-2,5%) e equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (-8,5%). As outras três atividades tiveram resultados negativos: livros, jornais, revistas e papelaria (-8,9%), combustíveis e lubrificantes (-3,2%) e equipamentos e material para escritório informática e comunicação (-0,2%).



A edição de 1º de julho do Diário Oficial da União trouxe a relação nominal de 985 sindicatos de trabalhadores e de 368 sindicatos patronais (total de 1.353) que devem atualizar informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) quanto à composição da diretoria, início e término de mandato, o processo eleitoral para escolha dos representantes, entre outros dados. Segundo o secretário de Relações do Trabalho, Marcos Periato, o propósito não é punir as representações com informações em atraso. Ele acredita que possa haver entidades fechadas e bases sem prepostos para negociar seus interesses. Na avaliação dele a iniciativa ajuda a oxigenar o ambiente sindical.

Foram notificadas entidades que estão com registros defasados há oito anos. O número de sindicatos com informações em atraso equivale a 7,5% do total de corporações reconhecidas pelo MTE. A revisão dos dados deve ocorrer até o dia 28 de dezembro (180 dias). A correção vai possibilitar o Ministério do Trabalho e Emprego lançar uma nova versão do Cadastro Nacional de Estados Sindicais (CNES).

Cresce o número de ações contra demissões por discriminação

Casos de discriminação no mundo do trabalho são frequentes e envolvem diversas vertentes como o racismo, a



gordofobia, a LGBTQIA+fobia, o preconceito contra negros negras, a discriminação por causa da idade (etarismo) e em relação às mulheres, que de forma velada, ao promoverem cortes, em geral, as empresas as colocam em primeiro lugar nas demissões. No caso específico das mulheres, dados levantados pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) comprovam a situação desfavorável a elas. Mas há uma resistência. Ainda que o cenário justo e ideal seja de não discriminação no mundo do trabalho, os casos existem e esses trabalhadores e trabalhadoras estão reclamando na Justiça

A Constituição Brasileira, em seu artigo 7º, assegura ao trabalhador o direito à relação de emprego protegida contra a dispensa arbitrária ou sem justa causa. No entanto, por falta de regulamentação legislativa, esse direito não é aplicado às relações de emprego no Brasil. Levantamento feito pela Justiça do Trabalho com base em processos trabalhistas movidos em 2023 mostra que houve, em relação a 2022, um crescimento de 16,5% nos casos de demissões supostamente motivadas por discriminação. Os casos envolvem todos os fatores já citados - racismo, gordofobia, orientação sexual, idade e pessoas com deficiências. Ao todo, em 2023, foram apresentadas 16.085 novas ações sob alegação de discriminação. Mas para além desses casos, há também processos que envolvem demissões de trabalhadores que adoeceram ou apresentam condições específicas. Exemplos comuns são os de trabalhadores demitidos por viverem com o HIV, terem câncer e por terem desenvolvido doenças psiquiátricas, causadas, em grande parte das vezes, pelas próprias condições de trabalho.

direitos e reparações.

Desemprego recua para 7,1%, o menor do trimestre desde 2014

A taxa de desocupação no trimestre encerrado em maio ficou em 7,1%, alcançando o menor patamar para o período desde 2014. O índice representa um recuo em relação ao trimestre móvel anterior, terminado em fevereiro, quando marcou 7,8%. Além disso, fica abaixo do nível registrado no mesmo período de 2023, quando era 8,3%. Se comparados com todos os trimestres da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, iniciada em 2012, o indicador é o menor desde o período de três meses encerrado em janeiro de 2015. Na época, a taxa ficou em 6,9%. O menor índice já registrado foi 6,6% no fim de 2014.

Os dados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O levantamento aponta que, em maio, a população desocupada - pessoas com 14 anos ou mais de idade que não tinham trabalho e procuravam emprego - era de 7,8 milhões. Isso representa uma diminuição de 751 mil pessoas em relação ao trimestre encerrado em fevereiro de 2024 e de 1,2 milhão em comparação ao trimestre encerrado em maio de 2023. A Pnad apura todas as formas de ocupação, seja emprego com ou sem carteira assinada, temporário e por conta própria, por exemplo.

Julian Assange deixa prisão após mais de cinco anos e vai para a Austrália



O jornalista australiano Julian Assange foi liberado da prisão de segurança máxima onde estava detido há mais de cinco anos na capital do Reino Unido,

Londres e embarcou rumo ao seu país natal. Assange concordou em se declarar culpado em um tribunal dos Estados Unidos por revelar segredos militares, em troca da sua liberdade. O acordo encerraria assim um longo drama legal. Assange comparecerá a um tribunal das Ilhas Marianas do Norte, um território estadunidense no Pacífico. Segundo o acordo, ele se declarou culpado de conspiração para obter e disseminar informações de defesa nacional. O jornalista se opôs a ser extraditado para território estadunidense onde sua defesa temia que ele pudesse ser condenado até à morte. As Ilhas Marianas são um território do país no Pacífico, mais próximas da Austrália do que do continente americano. A libertação do jornalista foi o resultado de uma campanha global que

abrangeu organizadores de base, defensores da liberdade de imprensa, legisladores e líderes de todo o espectro político, até às Nações Unidas. Isto criou espaço para um longo período de negociações com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos conduzindo a um acordo. Depois de mais de cinco anos numa cela, isolado 23 horas por dia, ele se reuniu com a esposa Stella Assange e os filhos que só conheceram o pai atrás das grades. O WikiLeaks publicou histórias inovadoras sobre corrupção governamental e violações dos direitos humanos, responsabilizando os poderosos pelas suas ações. Como editor-chefe, Julian pagou caro por esses princípios e pelo direito do povo de saber.

Marmitação em frente à Câmara de São Paulo em protesto contra 'PL da fome'



Com a distribuição de 500 marmitas, movimentos populares fizeram um protesto em frente à Câmara Municipal de São Paulo. O ato denunciou o Projeto de Lei do vereador Rubinho Nunes (União Brasil) que, apelidado de "PL da fome", cria regras para quem doar comida a pessoas em situação de vulnerabilidade e multa de R\$17.680,00 para quem descumpri-las. Com a repercussão

negativa, no entanto, vereadores da base de Nunes declararam que devem vetar a proposta antes que chegue ao Executivo. Junto do MTST, o ato foi organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Coletivo Banquetaço, a Pastoral do Povo de Rua, a Central de Movimentos Populares (CMP) e o Levante Popular da Juventude, entre outras entidades.

O texto proposto pelo vereador Rubinho Nunes prevê que, para fazer doação de alimentos sem ser multado, instituições e pessoas físicas devem ter autorização da prefeitura, fazer um cadastro e apresentar informações sobre onde, quando e quanto será distribuído. Com a justificativa de que o objetivo é "garantir a segurança e o bem-estar dos beneficiários", o projeto determina ainda que as pessoas que recebem as doações terão que estar cadastradas na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Rubinho Nunes, um dos fundadores do Movimento Brasil Livre (MBL), tem histórico de engajar suas redes por meio de declarações e propostas que têm como alvo o padre Júlio Lancellotti, o MTST e coletivos que atuam contra a violação de direitos na região central de São Paulo, como o coletivo A Craco Resiste. Foi ele o autor da CPI que mira organizações atuantes na região da cracolândia.

Fraude contábil da Americanas impactou outras varejistas

A fraude contábil da Americanas gerou muito debate entre as grandes varejistas e ainda continua nas discussões atuais, até porque o caso acabou se espalhando para todo o setor varejista e de crédito e apenas recentemente houve o mandado de busca, apreensão e prisão dos ex-diretores e do ex-CEO. Desde o início da descoberta de inconsistências contábeis, a grande varejista acumula uma queda de 97%, sendo responsável por impactar praticamente todas as suas principais concorrentes, Magalu e Casas Bahia. Após a divulgação do caso de fraude contábil, a companhia se viu diante de uma queda, que corresponde pela evaporação de 77% do seu valor de mercado. Segundo analistas, uma parcela do mercado deixado "vago" pela Americanas acabou fortalecendo o Mercado Livre, fazendo com que, em maio de 2023, o gigante do e-commerce se destacasse como principal beneficiário das mudanças impulsionadas pelo caso de fraude.

Por outro lado, a Magazine Luiza não teve efeitos tão positivos, já que em novembro de 2023, o cenário apresentou um ajuste de R\$ 830 milhões por erros contábeis e, apesar de conseguirem uma recuperação no mês, ainda segue aguardando dias melhores e juros mais baixos. O mesmo efeito também foi sentido pela Casas Bahia que, depois de meses de restrições de caixa, organizou um plano para descontinuidade de categorias para liberar capital de giro. O balanço acabou sendo recebido com certa decepção pelo mercado na época, e os analistas demoraram para "comprar" a ideia nova de estratégia em suas operações. Então foi lançada uma oferta de ações para levantar quase R\$ 1 bilhão de capital, porém houve queda nos papéis. Vale lembrar ainda que a companhia chegou a aprovar a mudança de nome para Grupo Casas Bahia e aumento de capital social equivalente a até R\$ 3 bilhões em ações ordinárias. Apesar disso, os problemas seguiram e o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo homologou o Plano de Recuperação Extrajudicial apresentado pela varejista. Diante disso, apesar de a Magalu e a Casas Bahia estarem em momento diferente, os resultados foram considerados positivos, trazendo avanços, porém a crise do cenário macroeconômico ainda surge como entrave para ações e empresas.

Lula tem maior aprovação entre os presidentes da América do Sul no mês de julho



Com aprovação de 53,6%, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é o presidente mais bem avaliado da América do Sul, de acordo com ranking do instituto argentino CB Consultoria e Opinião Pública, referente à pesquisa realizada no mês de julho. A pesquisa indicou 42,9% de reprovação para o petista e 3,5% dos entrevistados se mostraram indecisos ou não responderam. O presidente da Bolívia, Luis Arce, também teve um salto em sua imagem positiva, saindo de 43,8% de aprovação em junho e fechando o mês de julho com 49,8%, o que o coloca na 4ª posição. No mês anterior à avaliação, ele enfrentou uma tentativa de golpe militar que durou algumas horas.

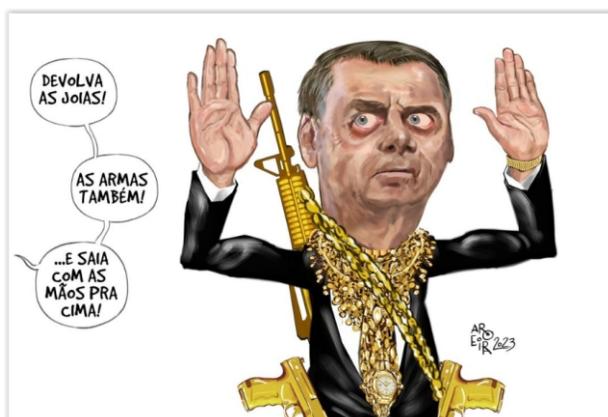
A pesquisa, realizada online entre os dias 16 e 20 de julho, ouviu 1.471 brasileiros maiores de 18 anos. A CB atualiza mensalmente o ranking de avaliação dos governos dos países da América do Sul, com exceção do

Suriname e da Guiana. No topo do ranking de reprovações, ficaram com o presidente chileno Gabriel Boric, com 60,6% de imagem negativa; Dina Boluarte, do Peru, com 62,2% e Gustavo Petro, da Colômbia, com 62,9%.

Bolsonaro "subtraiu diretamente" esculturas e relógio de luxo, diz PF

A Polícia Federal indiciou Jair Bolsonaro por peculato, associação criminosa e lavagem de dinheiro no caso das joias sauditas. Conforme a investigação, Bolsonaro "subtraiu diretamente" esculturas douradas de um barco e uma árvore, além de um relógio Patek Philippe, sem o registro no Gabinete Adjunto de Documentação Histórica da Presidência. A PF identificou que o esquema criminoso no governo de Bolsonaro utilizava duas estratégias para desviar joias e presentes valiosos recebidos devido ao seu cargo.

O relógio Patek Philippe foi presenteado a Bolsonaro durante uma visita ao Reino do Bahrein em novembro de 2021 e, posteriormente, vendido em uma loja especializada nos Estados Unidos em junho de 2022. As esculturas douradas, entregues a Bolsonaro durante viagens aos Emirados Árabes Unidos e ao Bahrein no mesmo mês, também foram desviadas do acervo público e levadas para os EUA no avião presidencial. Tentativas de vender essas esculturas em Miami fracassaram, pois não eram de ouro maciço como o grupo acreditava. As esculturas e o relógio ainda não foram recuperados pela PF, que estima que o valor total dos itens desviados pela associação criminosa chegue a aproximadamente US\$ 4,55 milhões (R\$ 25,3 milhões). O general Mauro Cesar Cid, pai do delator Mauro Cid, também está envolvido na tentativa de venda dos presentes subtraídos diretamente por Bolsonaro



Trump pode trazer à tona seus instintos mais severos



Donald J. Trump e sua equipe política passaram quase dois anos elaborando uma campanha para derrotar um velho presidente branco, visivelmente frágil e que a maioria dos americanos disse aos pesquisadores que duvidava que conseguiria cumprir outro mandato de quatro anos. Após anos planejando enfrentar o presidente Biden, Donald J. Trump e sua equipe farão campanha contra Kamala Harris. Ele atacou rivais e críticas femininas em termos brutais e pessoais. De repente, Trump enfrenta um oponente completamente diferente: uma vice-presidente que é uma mulher negra, quase 20 anos mais jovem, que traz seus próprios pontos fortes e fracos, mas que acrescenta nova incerteza ao que tinha sido uma corrida notavelmente estática. Aliados de Harris telegrafaram que ela fará uma campanha em torno do tema "promotor versus criminoso", destacando sua experiência como promotora e ressaltando o fato de que Trump foi indiciado em várias jurisdições e condenado por 34 crimes graves. A abordagem promotor versus criminoso pode atrair eleitores

indecisos que estavam azedos com Trump e o Presidente Biden. Também pode incitar Trump, que reage fortemente às críticas, a ressuscitar a linguagem que ele usou contra outras promotoras negras, como Letitia James em Nova York e Fani Willis na Geórgia, ambas as quais ele chamou de "racistas" e atacou em termos pessoais. Em uma prévia do que está por vir Harris deixou explícita a linha de ataque do promotor durante uma aparição descrevendo seu passado como promotora distrital de São Francisco e procuradora-geral da Califórnia. "Nessas funções, eu assumi perpetradores de todos os tipos: predadores que abusavam de mulheres,

fraudadores que roubavam consumidores, trapaceiros que quebravam as regras para seu próprio ganho. Então, ouça-me quando digo, eu conheço o tipo de Donald Trump", disse.

Trump, por sua vez, vem tentando suavizar parte de sua retórica mais dura sobre buscar vingança contra seus rivais antes da eleição geral. Mas, ao longo de muitos anos, ele afastou uma proporção considerável de eleitores com ensino superior e mulheres suburbanas com sua retórica sobre gênero e raça — e a candidatura de Harris introduz o risco de Trump atacá-la e alienar ainda mais esses eleitores. O ex presidente tem o histórico de atacar rivais e críticas femininas em termos pessoais, geralmente descrevendo-as como mentalmente instáveis ou pior. Em publicação na sua rede social, Trump acusou a mídia de notícias de tentar "transformar a "idiota"(Kamala Harris) de uma vice-presidente totalmente fracassada e insignificante em uma futura 'grande' presidente. Esse discurso misógino, bem conhecido dos brasileiros foi proferido diversas vezes por um ser desprezível que a bem pouco tempo ocupou a cadeira do planalto central.

Fonte: The New York Times

